

Clima da reunião é tenso em Nagoya

Osvaldo Peralva

Especial para o **CORREIO**

A inauguração, hoje, da 32ª Reunião Anual da Junta de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da 6ª Reunião Anual da Junta de Governadores da Corporação Interamericana de Investimento (que é o ramo do BID para operar no setor privado), se faz numa atmosfera carregada pela rígida posição das autoridades nipônicas em relação aos países devedores da América Latina.

O ministro das Finanças, Ryutaro Hashimoto, não admitiu sequer uma conversa em separado com sua colega brasileira, Zélia Cardoso de Mello, sob a alegação de que o governo já estava com todos os seus recursos financeiros comprometidos no presente ano fiscal, iniciado dia primeiro de abril. Contudo, nos círculos do BID há esperanças de que Hashimoto assuma o compromisso de uma contribuição no valor de 75 milhões a cem milhões de dólares ao programa Empresa para as Américas, do presidente George Bush. Essa esperança não é estimulada no Ministério das Finanças, onde um alto funcionário teria dito, conforme se divulgou na imprensa: "Se os latino-

americanos estão na expectativa de presentes, ficarão desapontados. Como presente, basta o Japão estar patrocinando a reunião do BID".

Hoje, às 16h, a ministra Zélia Cardoso de Mello fará um pronunciamento em que, segundo antecipa o jornal que o BID está publicando aqui estes dias (*Annual Meeting News*), exigirá explicações sobre o bloqueio de créditos ao Brasil — um de 350 milhões de dólares e outro de cem milhões. Há três dias, falando na Keidanren (Federação das Organizações Econômicas do Japão) e depois, aqui em Nagoya, num seminário sobre privatizações, o presidente do BNDES, Eduardo Modiano, censurou o BID por servir de instrumento a alguns governos para fazer pressão política sobre um de seus membros, o Brasil, em questões que nada têm a ver com o mandato do BID. Ou seja, em negociações com bancos comerciais credores. Como se sabe, o secretário-geral do Itamarati, embaixador Marcos Azambuja, já se pronunciou também nesse sentido, evidentemente como portavoz oficial. E ontem em breve encontro com a imprensa brasileira, a ministra confirmou que em seu discurso hoje insistirá

nessa posição de que constitui uma inovação ilegal que o BID condicione empréstimos ao Brasil a acertos prévios com os bancos credores.

Pela manhã e à tarde, manteve contatos com o ministro das Finanças do Equador, Pablo Better, com o do México, Pedro Aspe, com o presidente do BID, Enrique Iglesias, e com o presidente do Banco de Tóquio, Tasuku Takagaki. Entre outros assuntos, tratou de obter apoio para a posição brasileira. A noite, encontrou num jantar, entre outras personalidades do mundo oficial e financeiro, o ministro japonês das Finanças, Ryutaro Hashimoto.

O presidente Enrique Iglesias, sem fundamentar sua afirmação, assegurou que as perspectivas estão melhorando, inclusive em relação às contribuições japonesas. Uma das razões teria sido a notícia confirmando a iniciativa de o Tokai Bank Ltd., com outras instituições financeiras, emprestar ao BID dez bilhões de ienes (cerca de 75 milhões de dólares), com carência de sete anos. Com isso, chegarão a 55 bilhões de ienes os empréstimos japoneses ao BID, pois já houve dois outros, este ano.